

T. FATH; C. P. GOULART

Revista Contabilidade & Amazônia

ISSN: 2175-1722

SINOP/MT, v. 12, n. 1, art. 6, pp. 110-134, Jan/Dez., 2019

Disponível em: <http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/rca>

GESTÃO FINANCEIRA: a utilização da demonstração do fluxo de caixa para análise do capital de giro.

Thais Fath

Bacharel do Curso de Ciências Contábeis (UNEMAT)

Claiton Pazzini Goulart

Prof. Dr. do Curso de Ciências Contábeis (UNEMAT)

e-mail: claiton.pazzini@unemat.br

Copyright © 2018 Revista Contabilidade & Amazônia. Todos os direitos são reservados. É permitido citar parte dos artigos sem autorização prévia, desde que seja identificada a fonte.

RESUMO

Este artigo ressalta a importância da gestão financeira nas organizações, utilizando como ferramenta principal a demonstração do fluxo de caixa, e o balanço patrimonial para identificar se a empresa se encontra em uma situação financeira estável em termos de caixa. Relata-se neste artigo que utilizando-se a demonstração do fluxo de caixa, juntamente com as informações obtidas no balanço patrimonial, a empresa consegue analisar se o seu capital de giro verificando se seria suficiente para a sustentabilidade de suas atividades operacionais. Caso contrário a empresa deveria adotar uma outra estratégia para conseguir recursos e administrá-los. Neste sentido, foi realizado um estudo em uma empresa do ramo do agronegócio que possui maior representatividade no estado do Mato Grosso sendo ele um dos responsáveis pelo aumento na produção brasileira e o mesmo se encontra em primeiro lugar no ranking brasileiro como maior produtor de algodão, milho e soja de acordo com IBGE (2017). O objetivo principal deste estudo é verificar a possibilidade de estar analisando o capital de giro por meio da DFC, sendo utilizando para esta análise a metodologia Lijphart juntamente com um estudo exploratório pode-se identificar através do dados coletados na demonstração do fluxo de caixa (DFC) e no balanço patrimonial que a DFC contribui com informações relevantes sobre sua situação financeira, demonstrando realmente o valor do capital de giro que a mesma possui de imediato em seu caixa, ou seja, traz informações valorosas e tempestivas para os gestores na tomada de decisão, pois esta demonstração possui uma relação de conformidade com o capital de giro, já que os dois têm como finalidade apresentar informações sobre os recursos da empresa, sendo que o primeiro recurso representa um disponível e o segundo representa a necessidade que a empresa tem de suprir as suas obrigações a curto prazo.

Palavras-chave: Gestão Financeira. Demonstração do Fluxo de Caixa. Capital de Giro.

1 INTRODUÇÃO

O cenário econômico exige que as organizações tenham informações financeiras adequadas para se manter no mercado com controle aguçado de suas movimentações para que não passem por uma crise financeira.

Uma das ferramentas adequadas para o controle financeiro é a demonstração do fluxo de caixa (DFC). Sobre este assunto, Quintana (2009), afirma que além de ser um importante documento contábil, a DFC contribui para o sucesso da gestão financeira, pois a maioria dos fatos que acontecem nas organizações envolvem recursos financeiros.

A demonstração do fluxo de caixa começou a ser obrigatória no Brasil pela lei 11.638/2007, que vigora desde 01 de janeiro de 2008 para todas as sociedades de capital aberto ou com patrimônio líquido superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e demais organizações consideradas de grande porte. Mesmo com essa obrigatoriedade, a DFC não é vista somente como um relatório contábil obrigatório, mas também como um relatório gerencial para as tomadas de decisão, pois como afirma Quintana (2009), a DFC além de ser um importante documento contábil, contribui fortemente para a gestão financeira como relatório gerencial pois grande parte dos fatos que ocorrem nas organizações envolve a movimentação de recursos. Neste sentido Yoshitake e Hoji (1997), afirmam que as organizações devem ter conhecimento de que elas quebram não por falta de lucro e sim, por falta de caixa.

Sendo assim evidencia-se através da análise do capital de giro por meio da DFC, se a organização possui recursos de caixa. É necessário analisar o capital de giro para ver

se o montante que a organização precisa para realizar as movimentações monetárias de um determinado período está descrito na apresentação da DFC do mesmo período, analisando por meio dela se a organização possui estes recursos.

Uma organização de qualquer porte necessita compreender a necessidade de recursos mesmo no período em que o ciclo financeiro está elevado para que a mesma tenha este valor disponível quando necessário, realizando para isso, a análise do capital de giro, a qual tem como finalidade identificar o capital necessário para a continuação das suas atividades.

A questão problema que norteou o presente artigo foi: Como a demonstração do fluxo de caixa pode contribuir com as organizações na análise do capital de giro?

Neste contexto, este artigo objetiva apresentar a operacionalidade da demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto, demonstrando conceitualmente o capital de giro, apresentando a relação entre o balanço, balanço patrimonial e o capital de giro, sendo possível assim analisar a relação dinâmica e sistêmica da demonstração do fluxo de caixa indireto e do capital de giro.

O presente artigo justifica-se diante do difícil cenário financeiro e a falta de informações as quais as organizações geralmente possuem sobre seu capital de giro em termos de caixa. Sendo assim, realizando a análise por meio da demonstração do fluxo de caixa indireto com o auxílio do balanço patrimonial, e não somente através deste último, a organização saberá o valor necessário em termos de caixa para continuar as atividades que estão em andamento sem precisar realizar outras movimentações. Com isso, as conclusões obtidas neste estudo podem trazer contribuições valorosas tanto para a sociedade acadêmica como para as organizações empresariais, como o conhecimento das diversas formas de utilização da DFC, o real valor de capital de giro que a organização possui em seu caixa, obtendo um controle gerencial mais complexo entre outras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 GESTÃO FINANCEIRA

A boa gestão nas empresas é necessária para que as mesmas consigam compreender seu negócio de forma mais clara e precisa. De acordo com Oliveira; Perez; Silva (2002), gestão significa gerir, fazendo as coisas acontecerem de modo favorável para a organização conduzindo-a para alcançar seus objetivos; administrando, planejando, organizando e controlando os recursos, visando o crescimento. Portanto, gestão é o ato de conduzir uma organização para a obtenção dos resultados desejados.

Rodrigues; Rodrigues; Ruivo (2014), demonstram também que a gestão pode ser compreendida como o ato de assumir o controle de uma situação com as estratégias e pessoas da organização, determinando o caminho certo a seguir para atingir seus objetivos, seguindo as metas traçadas, compreendendo um conjunto de decisões, liderança, motivação, avaliação e análises.

A integração da gestão em uma organização ajuda a alcançar os objetivos de forma que ela não se desvie do foco, sendo orientada e dirigida de forma estratégica através das fases do planejamento, execução e controle.

Entretanto, diante dos diferentes métodos de gestão existentes, com seus méritos e limitações inerentes, pode-se ter uma gestão financeira que é capaz de alavancar ou de destruir uma empresa se não for colocada em prática de forma correta.

Segundo Cheng e Mendes (1989), a gestão financeira pode ser definida como a gestão dos fluxos monetários oriundos das atividades operacionais da organização em condições de suas ocorrências ao longo de um período. Ela objetiva encontrar o equilíbrio financeiro da organização, alcançando rentabilidade e maximizando os retornos dos proprietários.

Ferreira (2008), garante que os objetivos da gestão financeira nas organizações são de obter o montante necessário para a continuidade do negócio, conservar o capital e saber obter lucro com o uso desse capital para que os investimentos possam continuar acontecendo.

Conforme Moraes e Oliveira (2011), a gestão financeira é um conjunto de medidas e procedimentos que têm por objetivo desempenhar a manutenção e a administração de recursos econômicos, criando de modo que a empresa consiga potencializar seus ganhos; ela tem a necessidade de buscar o equilíbrio entre gerar lucros e estabilizar o caixa, gerindo suas funções. Como escreve Silva (2013), no ambiente empresarial, as principais funções da gestão financeira são o planejamento e o controle financeiro, a administração de passivos e ativos os quais são utilizados para evidenciar o cenário atual da empresa e o seu crescimento no período, estabelecendo metas e objetivos, acompanhando o desempenho financeiro da organização, administrando o controle dos recursos que a empresa utiliza prevendo futuros problemas.

Sendo assim, a organização acompanha a eficácia do planejamento, definindo medidas necessárias para o aumento do lucro ou para diminuição de prejuízo, estabelecendo uma melhor estrutura em termos de risco e retorno de ativos. Acompanhando a diferença entre entradas e saídas do fluxo de caixa e na gestão do capital de giro, fazendo as mesmas se manterem em uma margem de lucratividade, gerenciando a estrutura de capital da organização, garantindo mais eficácia em termos de liquidez, do risco financeiro e da redução de custos, fazendo com que a organização consiga cobrir os ativos sem precisar utilizar capital próprio para isso.

Portanto, a gestão financeira é essencial para a organização das empresas desde a sua inclusão no mercado para sua permanência nele, e também para o seu maior controle gerencial, pois sua correta atuação leva a empresa a alcançar os resultados financeiros esperado sendo estes apresentados nas evidenciações contábeis.

2.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Demonstrações contábeis são relatórios desenvolvidos pela contabilidade nos quais constam todas as movimentações contábeis e financeiras ocorridas na organização desde a sua constituição até seu encerramento. De acordo com Bruni e Famá (2006), as demonstrações contábeis são relatórios que evidenciam a real situação patrimonial e financeira da organização em todos os aspectos de um determinado período, os quais podem ser utilizados para as tomadas de decisões.

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 26 (R1), as demonstrações contábeis devem ter como objetivo a apresentação dos resultados da atuação da administração na gestão da organização e sua capacidade de prestação de contas quanto aos recursos que possuem.

O CPC 26 (R1) afirma ainda que a contabilidade possui um conjunto completo de demonstrações que incluem o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício, a demonstração do resultado abrangente, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração do valor adicionado e as notas explicativas. Nesta pesquisa foram utilizadas apenas duas demonstrações: o balanço patrimonial e a demonstração do fluxo de caixa, pois é através dessas duas demonstrações que pode-se analisar o capital de giro das organizações.

2.2.1 Balanço Patrimonial

Para Silva (2019), o balanço patrimonial deve ser representado de forma quantitativa e qualitativa apresentando a posição financeira e patrimonial da organização, que é estruturado em ativo, passivo e patrimônio líquido que compõem os bens, direitos e obrigações de uma organização em um determinado período de tempo.

Segundo Matarazzo (1992), o ativo mostra o que a empresa possui de bens e direitos, os quais devem possuir comprovantes documentais, com exceção das despesas antecipadas e as diferidas. Já no passivo e no patrimônio líquido está a origem de todos os recursos que estão investidos no ativo, possuindo assim o mesmo valor nos dois como se pode observar na figura 1.

Figura 1 – Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL	
Aplicações de recursos	Origem de recursos
ATIVO Bens + Direitos	PASSIVO Obrigações (Capital de Terceiros)
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Capital Próprio)

Fonte: Adaptado Marion, (2005).

Observa-se na figura 1, que o ativo apresenta recursos controlados pela empresa dos quais se espera obter benefícios econômicos futuros e o passivo apresenta as obrigações em relação a terceiros, ou seja, nesta demonstração pode-se verificar onde a empresa aloca seus recursos e de onde é a origem dos mesmos. Esta visão pode ser observada também na DFC, contendo somente diferenças de estrutura e competência, como será apresentado a seguir.

2.2.2 Demonstração do fluxo de caixa (DFC)

Denomina-se fluxo de caixa de uma organização, o conjunto de entradas e saídas monetárias ao longo de um período determinado, o que consiste na representação da situação financeira, considerando todas as fontes de recursos e todas as aplicações em ativos. Sendo assim, é o instrumento de controle financeiro que representa as entradas e saídas de caixa em certo período de tempo projetado, conforme Zdanowicz (2000).

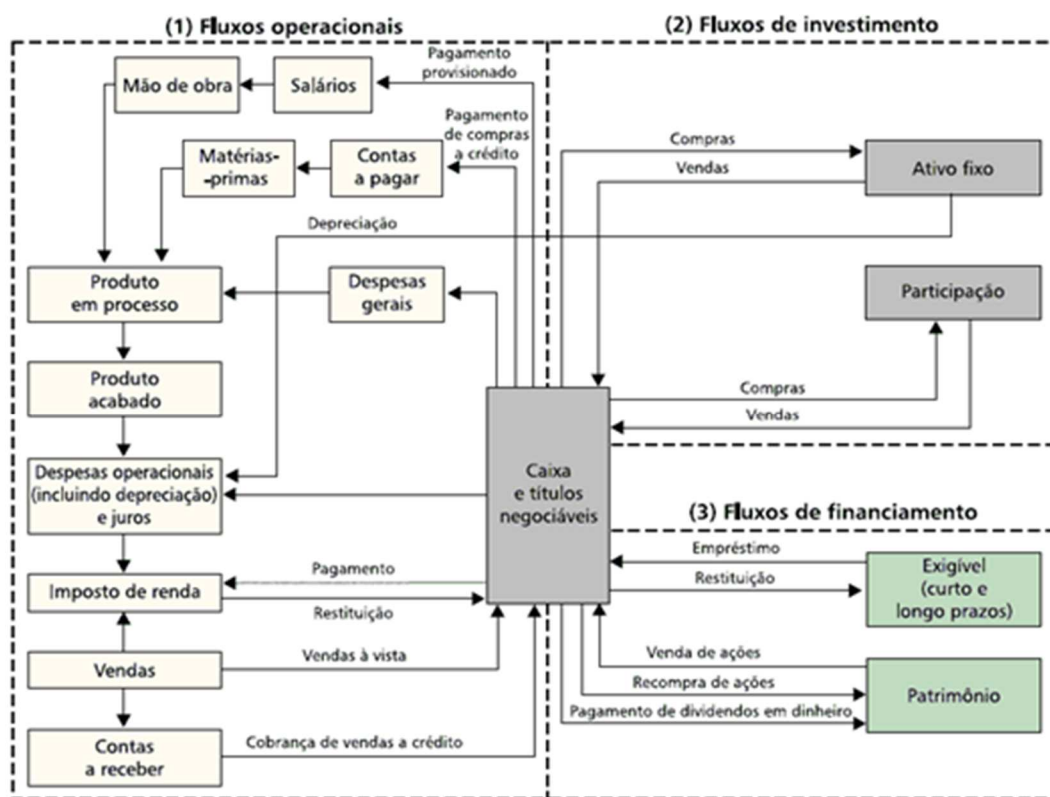
Iudícibus e Marion (1999), reafirmam que a DFC mostra a origem e a aplicação de todo o dinheiro que foi movimentado pelo caixa em um determinado período e que o resultado desse fluxo poderá ser positivo ou negativo.

Um das funções da DFC, conforme Mota (1990), é detectar se o saldo inicial do caixa somado com as entradas de recursos, menos os desembolsos da organização em um determinado período apresentam saldo positivo ou negativo de recursos financeiros. Neste caso, a DFC é um dos principais instrumentos financeiros, pois proporciona ao

empresário uma visão da situação em que a empresa se encontra de forma cronológica, indicando se ela está gerando lucro ou prejuízo na sua atividade, podendo por meio desta demonstração, planejar e comparar suas despesas com suas receitas para o melhor andamento da organização.

Hoji (2000), afirma que a DFC é um relatório contábil que evidencia as entradas e saídas de caixa ocorridas em um determinado período de tempo provocando modificações no saldo do caixa. Complementando Ribeiro (2010), afirma que a demonstração do fluxo de caixa é a ferramenta que sintetiza os fatos administrativos que envolvem os fluxos de dinheiro, registrando as entradas (débito) e saídas (crédito) de suas atividades operacionais, financeiras e de investimento, conforme Gitman, (2004), ilustra na figura 2.

Figura 2 – Entradas e Saídas



Fonte: Gitman, (2004).

Pode-se observar na figura 2, que em uma organização há várias formas de saídas de caixa como pagamento de despesas gerais, contas a pagar relacionadas com a matéria prima, pagamento de parcelas de empréstimo realizado, compras de ativo fixo, entre outras. E várias formas de entradas de caixa que acontecem diariamente como recebimento de clientes, vendas à vista, vendas de participações ou ativos fixos, recebimento do empréstimo pedido, entre outras.

Na esteira da observação da figura 2, pode-se corroborar o entendimento de que na DFC é importante mostrar não somente as entradas e saídas operacionais, mas todos os tipos de entradas e saídas que uma organização possui, para assim ter uma visão ampliada das despesas e receitas da organização como um todo.

Além disso, a DFC é um relatório que permite analisar de forma direta e indireta as mudanças ocorridas no caixa ocasionadas pelas atividades da organização, as quais são

divididas em atividade operacional, de investimento e de financiamento. Assaf Neto e Silva (1997), complementam que baseada na DFC, a organização gera e aplica seus recursos monetários determinados pelas várias ações desenvolvidas diariamente.

Segundo Gitmam (2010), as atividades operacionais da organização são as principais operações geradoras de receita como as entradas das vendas dos produtos e os serviços prestados, as saídas operacionais que estão ligadas diretamente à geração, administração e comercialização de produtos, como salários, pagamentos a fornecedores, etc.

Já as atividades de investimento, segundo Ribeiro (2005), representam os fluxos de caixa associados à compra e à venda de ativo imobilizado e de investimentos em participações societárias sendo que as transações de compra resultam em saídas de caixa e as de venda, em entradas de caixa.

Iudícibus; Marion; Faria, (2009), discorrem sobre os fluxos de financiamento que têm origem por meio de transações financeiras com capital de terceiros ou capital próprio podem gerar dívidas de curto ou longo prazo resultando em uma entrada de caixa e a quitação de dívidas em saída de caixa.

Observa-se então, que a DFC compreende todas as etapas financeiras da organização, facilitando a administração dos recursos da organização. Segundo Campos Filho (1999), com o fluxo de caixa identifica-se que os problemas financeiros têm origem nas atividades operacionais, nas de investimento nas de financiamento ou ainda, numa combinação dos três grupos.

A DFC pode ser elaborada de acordo com as necessidades da organização, havendo dois métodos para isso: o método direto e o indireto. A DFC pelo método direto é mais utilizada como um instrumento de trabalho e de gestão; já o método indireto é um instrumento de análise. Os resultados obtidos são rigorosamente os mesmos. Ribeiro (2005), afirma que a única diferença entre os dois métodos é a forma de apresentar a origem e o destino do dinheiro no grupo das atividades operacionais.

2.2.2.1 Método direto

A DFC pelo método direto deixa em evidência todas as fontes de recursos e desembolsos que realmente ocorreram no período sem ajustes. Neves e Viceconti (2005), afirmam que o método direto corresponde aos fluxos de entradas e saídas do disponível durante o período em análise.

Este método evidencia em suas atividades operacionais, as entradas e saídas do período, gerando informações sobre a saúde financeira da organização em suas atividades principais, mostrando em que parte estão os altos gastos da organização e se ela se sustenta somente com entradas de sua própria atividade.

Optando por utilizar este método, as organizações podem obter uma vantagem que, de acordo com Campos Filho (1999), é a de propiciar as condições favoráveis para que a classificação dos recebimentos e pagamentos sigam critérios técnicos e não fiscais, permitindo também que a cultura de administrar pelo caixa seja introduzida rapidamente na organização. Diz, no entanto, que o mesmo possui pequenas desvantagens como o custo adicional para classificar os recebimentos e pagamentos e a falta de experiência dos profissionais da área contábil e financeira em utilizar as partidas dobradas para classificar os recebimentos e pagamentos.

A estrutura deste método pode ser observada na figura 3, bem como as contas pertencentes a cada grupo.

Figura 3 - Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Direto

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO
Fluxos de caixa das atividades operacionais
Recebimentos de clientes
Pagamentos a fornecedores e empregados
Caixa gerado pelas operações
Juros pagos
Imposto de renda e contribuição social pagos
Imposto de renda na fonte sobre dividendos recebidos
<i>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</i>
Fluxos de caixa das atividades de investimento
Aquisição da controlada X, líquido o caixa obtido na aquisição
Compra de ativo imobilizado
Recebimento pela venda de equipamento
Juros recebidos
Dividendos recebidos
<i>Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento</i>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento
Recebimento pela emissão de ações
Recebimento por empréstimo a longo prazo
Pagamento de passivos por arrendamento
Dividendos pagos
<i>Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento</i>
Aumento Líquido de caixa e equivalentes de equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa no início do período
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período

Fonte: NBC TG 03 (R3), de 19 de agosto de 2016.

Observa-se na figura 3 que os fluxos de caixas operacionais, de investimento e de financiamento são separados. Ambos os métodos são obrigados a seguir esta estrutura como é exigido pela Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TG) 03. Com esta separação, pode-se obter uma melhor compreensão da situação financeira da empresa, esclarecendo em que parte a empresa está gerando lucro ou prejuízo, pois este método faz a integração das entradas e saídas com as subcontas do disponível no período conforme Marion, (2007).

2.2.2.2 Método indireto

A DFC feita pelo método indireto, de acordo com Marion e Reis (2006), realiza uma conformidade do resultado líquido por intermédio de adições e subtrações de itens que são considerados como os que não afetam o caixa da organização para assim se chegar ao caixa líquido das operações.

Marion (2007), também comenta que a DFC feita por este método, mostra quais foram as alterações no giro que provocam o aumento ou a diminuição do caixa sem apresentar diretamente as entradas e saídas monetárias.

De acordo com Silva (2007), este método concilia o lucro líquido do período e o caixa realizando ajustes dos valores que não tiveram reflexos no caixa, fazendo os acertos necessários nos aumentos e nas reduções das contas do ativo e do passivo circulante e

reparando o ganho ou a perda de capital na venda de ativo permanente, incluindo o valor recebido no grupo de atividades de investimento.

O método indireto, segundo Campos Filho (1999), apresenta a vantagem do baixo custo para sua elaboração e a conciliação do lucro contábil com o fluxo de caixa operacional líquido, evidenciando como se incorpora a diferença. Como desvantagens deste método, o autor destaca a dificuldade em obter as informações pelo regime de competência e posteriormente converter para o regime de caixa e a interferência da legislação na fiscalização na contabilidade oficial. Sendo, assim demonstra-se na figura 4 a estrutura e as contas que a ele pertencem, podendo verificar a diferença entre ambos os métodos.

Figura 4 - Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
Fluxos de caixa das atividades operacionais
Lucro líquido antes do IR e CSLL
Ajustes por:
Depreciação
Perda cambial
Resultado de equivalência patrimonial
Despesas de juros
Aumento nas contas a receber de clientes e outros
Diminuição nos estoques
Diminuição nas contas a pagar – fornecedores
Caixa gerado pelas operações
Juros pagos
Imposto de renda e contribuição social pagos
Imposto de renda na fonte sobre dividendos recebidos
<i>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</i>
Fluxos de caixa das atividades de investimento
Aquisição da controlada X, líquido do caixa obtido na aquisição
Compra de ativo imobilizado
Recebimento pela venda de equipamento
Juros recebidos
Dividendos recebidos
<i>Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento</i>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento
Recebimento pela emissão de ações
Recebimento por empréstimos a longo prazo
Pagamento de passivo por arrendamento
Dividendos pagos
<i>Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento</i>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa no início do período
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período

Fonte: NBC TG 03 (R3), de 19 de agosto de 2016.

Comparando-se este método com o método direto, verifica-se que a única parte que muda de uma demonstração para outra, é a forma como as atividades operacionais são apresentadas, ou seja, no método indireto são realizados ajustes com contas que não afetam diretamente o caixa, mas que são despesas que a organização possui com sua atividade operacional, como por exemplo, a depreciação que é uma das despesas, mas não há desembolsos de caixa enquanto no método direto não é feita a conciliação.

Portanto, qualquer que seja o método utilizado para a elaboração da DFC, ela deverá apresentar ao gestor, informações relevantes sobre o andamento da organização, pois ambos os métodos têm sua importância, sendo o método direto mais indicado para controle periódico das entradas e saídas da organização e o indireto, para gerenciamento analítico da organização, como a análise do capital de giro, uma vez que através dela se obtém o lucro operacional, e as mudanças do capital de giro, depreciação e outras despesas não desembolsáveis.

2.3 Capital de giro

Para uma organização manter estável sua situação financeira, deve ter o controle do seu capital de giro porque este é o montante de recursos necessários para se manter no mercado. Neste sentido, Martins e Assaf Neto (1985), afirmam que o capital de giro ou capital de giro circulante está associado aos recursos que circulam na organização em determinado período de tempo. Schrickel (1999), complementa dizendo que o capital de giro é o montante de recursos que a organização possui e que não está imobilizado, ou seja, que estes recursos estão em constante movimentação.

Os recursos correntes de curto prazo da organização, identificados como capazes de serem convertidos em caixa no prazo máximo de um ano são denominados como o giro da organização, segundo Assaf Neto (2002). A denominação de giro se dá pelo fato dessas contas serem possíveis de conversão em dinheiro para honrar com as obrigações existentes no período.

Sendo assim, no período de tempo em que a organização paga seus fornecedores até que a mesma receba suas vendas, o montante de capital que supre as necessidades da organização é denominado capital de giro, ou seja, é o recurso que a organização possui para suprir suas necessidades quando não há entrada de dinheiro que fica alocado em seus estoques, contas a receber no caixa ou na conta corrente bancária, em um determinado período de tempo.

Augustini (1996), afirma que o capital de giro pode ser identificado em três situações possíveis como se pode observar na tabela a seguir:

Quadro 1 - Tipos de Capital de Giro

DESCRIÇÃO	DEFINIÇÃO
CAPITAL DE GIRO PRÓPRIO	Acontece quando a organização possui um ativo circulante maior que o passivo circulante, sendo assim, seus bens e direitos de curto prazo são maiores que suas obrigações exigíveis no mesmo prazo, conseguindo assim aplicar seus recursos próprios na organização.
CAPITAL DE GIRO NULO	Acontece quando a organização possui um ativo circulante igual ao seu passivo circulante, sendo assim seus bens e direitos de curto prazo são iguais as suas obrigações exigíveis do mesmo período, tendo assim recursos suficientes somente para suprir suas obrigações.
CAPITAL DE GIRO DE TERCEIROS	Acontece quando a organização possui um ativo circulante menor que seu passivo circulante, sendo assim seus bens e

	direitos de curto prazo são menores que suas obrigações exigidas no mesmo prazo, precisando assim de outra fonte de recursos para suprir suas obrigações.
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Augustini, (1996).

O capital de giro, segundo Assaf Neto (2002), pode ser separado também em fixo e variável, sendo que o capital fixo se refere à quantidade mínima de ativo circulante necessário para manter a organização em condições favoráveis de funcionamento. Já o capital de giro variável é definido pelas necessidades adicionais e temporais de recursos verificados em determinado período, criado, principalmente, por compras antecipadas, maiores vendas em determinados meses, entre outras movimentações que acontecem ocasionalmente.

Portanto, o capital de giro pode-se ser visto como a chave do sucesso financeiro de uma organização, pois diz respeito ao montante de recursos necessários para realizar as movimentações financeiras do mês, pagando todas as suas obrigações, obtendo resultados positivos no período.

2.3.1 Necessidade de capital de giro

Na gestão financeira de uma organização, um dos maiores desafios é calcular de forma correta a necessidade de capital de giro. Segundo Matarazzo (2003), a necessidade de capital de giro não é somente para a análise da organização do ponto de vista financeiro, mas também para uma visão mais ampla como análise de caixa, estratégias de financiamento, crescimento e lucratividade.

A necessidade de capital de giro pode ser definida como o volume de recursos que a empresa necessita colocar na sua atividade operacional. Pode ser necessário utilizar este recurso se não ocorrerem as receitas que foram planejadas pela organização, devido ao mau gerenciamento de seus prazos médios de recebimento e pagamentos, ou seja, quando a organização disponibiliza vendas com prazos maiores que têm com fornecedores, sendo assim a mesma não possui dinheiro em caixa para honrar com seus compromissos.

Nesse sentido, Assaf Neto e Silva (1997), esclarecem que a falta de sincronismo entre atividades de produção, vendas e cobranças da organização podem gerar uma necessidade maior de capital de giro. Sendo assim, a organização precisa ter um gerenciamento aguçado desses setores, para que os mesmos se comuniquem, passando informações tempestivas entre os gerentes dos setores.

Santos; Schmidt; Martins (2006), afirmam que para determinar a necessidade de capital de giro deve-se separar o ativo circulante operacional, as quais representam as movimentações consequentes das atividades operacionais, do passivo circulante operacional, que também é decorrente das atividades operacionais. Os mesmos autores afirmam também que as diferenças entre eles representam o montante que a organização necessita para financiar seu giro.

Não obstante, Matarazzo, (1998), explana que há três situações básicas que podem ocorrer necessidade de capital de giro na organização em relação ao ativo circulante operacional (ACO) e ao passivo circulante operacional (PCO) que serão apresentados no quadro 2.

Quadro 2 – Necessidade de Capital de Giro

DESCRIÇÃO	DEFINIÇÃO
-----------	-----------

ACO<PCO	neste caso há uma necessidade de capital de giro em que a organização deve encontrar fontes de recursos para suprir esta necessidade.
ACO=PCO	neste caso a organização não tem necessidade de capital de giro, portanto a organização não necessita de recursos de terceiros.
ACO>PCO	neste caso a organização possui mais financiamentos operacionais do que investimentos operacionais, ou seja, sobram recursos próprios para investimentos.

Fonte: Matarazzo, (1998).

Sendo assim, a organização deve identificar quais das situações representadas no quadro 2, refletem sua realidade e a partir dessa análise, observar de forma atenta, a necessidade de recursos necessários para manter o giro de suas atividades operacionais, administrando seus prazos de venda e de pagamentos.

2.3.2 Administração do capital de giro

Para Assaf Neto e Silva (1995), a administração de capital de giro se refere à gestão das contas dos ativos e passivos circulantes operacionais que formam o giro da organização, analisando a relação entre elas, sempre observando o nível de estoque necessário que a organização deve manter, seus investimentos em créditos a clientes, critérios de gerenciamento do caixa e a estrutura dos passivos correntes, conforme as metas da organização, mantendo um nível de liquidez e uma rentabilidade estável.

Braga (1995), complementa dizendo que para a preservação da liquidez da organização deve haver continuamente uma administração do seu capital de giro, pois esta envolve um processo contínuo de tomada de decisões para manter um volume de recursos necessários para as necessidades das atividades operacionais da organização.

Para garantir um processo adequado de suas atividades operacionais, a administração do capital de giro é fundamental. Padoveze (2012), afirma ser uma das principais características do capital de giro o processo de comprar, produzir, vender e receber, gerando lucro para a organização. Por esse motivo, administrando adequadamente com a análise de seus ativos e passivos, a organização terá uma visão completa sobre seus recursos disponíveis e perceberá facilmente a necessidade de recursos extras, se ela ocorrer.

2.4 ANÁLISE DA INTERFACE ENTRE A DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA E O CAPITAL DE GIRO

A DFC mostra as movimentações que ocorreram na organização em um determinado período de tempo. Deste modo, por meio dessa demonstração, pode-se verificar se a organização necessita de capital de giro. Marion (2007), afirma que se avalia através da DFC, a variação de pagamento e de recebimento. Pode-se expor que através dos valores que a organização possui em caixa nas suas atividades operacionais de investimentos e de financiamentos, estar verificando se a mesma tem o capital de giro suficiente para cumprir com suas obrigações.

A DFC, evidencia as movimentações que ocorreram na organização em um determinado período de tempo, e por meio dela, pode-se analisar o capital de giro, observando as contas que possuíram movimentações financeiras de curto prazo. Sobre isso, Assaf Neto (2002), comenta que o capital de giro é representado pelo ativo circulante da organização, pelas aplicações correntes destacadas geralmente pelas disponibilidades, valores a receber e estoques. Sendo assim, através dessas movimentações que a organização conseguirá suprir suas necessidades operacionais, sendo financiada por capital próprio contido no seu ativo circulante. Portanto pode-se constatar que o capital

de giro é a diferença entre os recursos e dispêndios que ocorreram em determinado período no caixa.

O capital de giro é o valor que a organização tem disponível para suprir as necessidades financeiras que houve em determinado período. É o dinheiro que a organização possui para sustentar o fluxo de caixa. Entretanto, há possibilidade de ocorrer que mesmo que a organização tenha obtido lucro, ela não tenha dinheiro suficiente para suprir suas necessidades, pois pode ter havido um alto ciclo financeiro, desfalcando o seu caixa, ou seja, que ela tenha realizado vendas a prazo neste período, possuindo assim o lucro sobre suas vendas, mas não possuindo caixa pelo prazo que concedeu a seus clientes para pagamento e por não conseguir maiores prazos com seus fornecedores.

Neste caso, para obter um resultado positivo no fluxo de caixa sem ter que recorrer ao capital de giro próprio é necessária uma boa gestão dos ciclos de caixa que Padoveze (2005), afirma que são três, a saber:

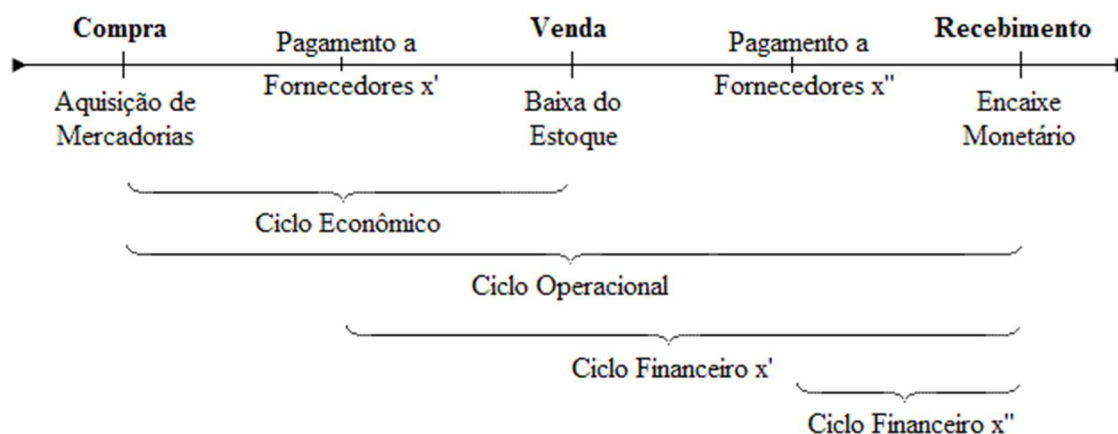
Quadro 3 - Ciclos de Caixa

DESCRIÇÃO	DEFINIÇÃO
CICLO ECONÔMICO	Evidencia os fatos econômicos no momento em que eles acontecem; é através dele que se obtém o resultado do desempenho das atividades. Este ciclo ocorre no período desde a compra da mercadoria até sua venda, ou seja, é o tempo em que a mercadoria permanece no estoque.
CICLO OPERACIONAL	Corresponde a todas as ações necessárias e exercidas para o desempenho de cada atividade sendo que o processo de gestão delas compreende desde a compra de mercadorias, até o recebimento de suas vendas.
CICLO FINANCEIRO	Corresponde ao processo de efetivação financeira de cada evento econômico, sendo compreendido desde o pagamento de suas mercadorias até o recebimento das mesmas.

Fonte: Padoveze, (2005).

Estes ciclos ficam melhor explicados por meio da figura 5, de Zanluca (2014), que os descreve dentro de cada intervalo sequencial de cada ciclo de forma clara, observando-se o tempo que leva cada ciclo e a analogia que estes possuem.

Figura 5 - Ciclos de Caixa



Fonte: Zanluca, (2014).

Zanluca (2014), complementa dizendo que os ciclos de caixa impactam diretamente na necessidade de capital de giro e no giro de caixa, pois identifica-se por meio deles quantas vezes acontece o giro de caixa em determinado período.

Com isto se a organização possuir um bom ciclo financeiro pode-se dizer que estará sendo financiada pelos fornecedores, o que pode ser observado na DFC. Quando isto ocorre, a demonstração possui um valor positivo na conta fornecedores, pois a organização recebeu maiores prazos para esse pagamento, podendo assim, investir esse dinheiro até que o prazo de pagamento com os fornecedores vença.

Se a organização possuir um valor positivo de ativos circulantes, ou seja, um valor maior de recursos de caixa, ela possui capital de giro líquido positivo com recursos suficientes para suprir suas necessidades do período. Caso a organização apresente um valor maior de passivos, ou seja, um valor maior de obrigações a cumprir, a mesma apresentará um valor de capital de giro líquido negativo. Neste caso, será necessário procurar outra forma de honrar com os compromissos do período, que pode ser por meio de empréstimos bancários, venda de immobilizados, ou outros meios.

Portanto, a DFC pelo método indireto é uma ferramenta importante de análise na qual se encontram todos os valores recebidos e devidos pela organização em determinado período, possibilitando uma maior compreensão de suas movimentações financeiras e a análise do capital de giro da organização em regime de caixa, podendo verificar a origem do mesmo.

3. METODOLOGIA

A metodologia do estudo realizado para esta pesquisa pode ser classificada como descritiva. De acordo com Triviños (1987), esta metodologia é concretizada através de um estudo que tem por finalidade descrever com exatidão os fatos de determinada realidade estabelecendo relações entre as variáveis estudadas. Com isto, foi utilizada também a metodologia explicativa que de acordo com Gil (1999), faz a identificação dos fatores que contribuem para a ocorrência de um fato.

A pesquisa realizada teve com objeto de estudo a demonstração do fluxo de caixa e o capital de giro. Os mesmos foram abordados, descrevendo suas finalidades e identificando a contribuição de cada um na parte teórica da pesquisa.

Na parte empírica, foi realizado um estudo exploratório, que de acordo com Gil (2002), esta pesquisa tem por objetivo aperfeiçoar hipóteses, corroborar instrumentos e proporcionar a proximidade com o campo de estudo. Esta metodologia é muito utilizada em pesquisas cujo tema foi pouco explorado, como desta pesquisa, podendo ser aplicada em estudos iniciais para se obter uma visão geral de determinados fatos.

Este estudo foi realizado por meio de demonstrações contábeis da empresa Schneider Logemann & Cia (SLC) Agrícola S.A, onde foram disponibilizadas via meio eletrônico, sendo coletados os dados através destas demonstrações contábeis, das quais foi feita a comparação entre informações obtidas no balanço patrimonial e na DFC, analisando suas diferentes formas de gerar informações e recursos, analisando assim a relação dinâmica e sistêmica da DFC indireta, verificando seu capital de giro.

A natureza da pesquisa empírica fundamentou-se pela natureza qualitativa que de acordo com Triviños (1987), trabalha os dados buscando seu significado, possuindo como base a percepção dos fatos dentro do seu contexto e buscando explicar a essência e a origem dos fatos.

3.1 COLETA DE DADOS

A técnica utilizada para realizar a coleta de dados foi por meio da pesquisa documental que de acordo com Lakatos e Marconi (2001), é a coleta de dados em fontes primárias, como documentos escritos, pertencentes a arquivos públicos, arquivos particulares de instituições e domicílios e fontes estatísticas.

Estes dados foram coletados no site oficial da SLC Agrícola S.A na área destinada para investidores a qual possui todos os relatórios da empresa de forma clara e objetiva, uma vez que a mesma é obrigada a publicar suas demonstrações por ser uma sociedade de capital aberto. As mesmas demonstrações estão publicadas na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BMF), Bovespa com o código da empresa (SLCE3).

Para realizar a coleta de dados, foram utilizados os relatórios anuais de 2017 e 2018, publicados no site oficial da empresa, onde foram selecionadas as demonstrações contábeis da controladora, tais como: balanço patrimonial, DFC e as notas explicativas do ano de 2018 da matriz, sendo definidos como relatórios principais, sendo utilizado o relatório anual de 2017 somente para auxiliar na interpretação dos dados.

Os dados do balanço patrimonial considerados para a pesquisa foram apenas as contas que compõem o ativo circulante e passivo circulante da empresa estudada, pois são estes conjuntos de contas que devem ser usados para analisar o capital de giro líquido (CGL), por meio do balanço patrimonial, de acordo com Gitman (1997).

Já para a DFC, foram usadas somente as contas que compreendem o grupo das atividades operacionais da empresa porque para este estudo, é mais relevante conhecer os valores gerados pelas principais atividades da empresa, pois demonstram especificamente o que ela faz para gerar valor.

Para não haver discrepância entre os dados coletados no balanço patrimonial e na demonstração do fluxo de caixa, que são demonstrações com regimes diferentes, foram definidas como parâmetro as contas do balanço patrimonial, sendo necessário selecionar e reclassificar as contas da demonstração do fluxo de caixa de acordo com a classificação e apresentação das contas apresentadas pela empresa no balanço patrimonial. Sob esse prisma as contas do balanço patrimonial foram definidas como parâmetro porquê de acordo com Gitman (1997), é através do cálculo das variações das contas do ativo e passivo dos dois últimos balanços patrimoniais, que se obtém a demonstração do fluxo de caixa do exercício.

Sendo assim, foram reclassificadas as contas pertencentes ao grupo das atividades operacionais da demonstração do fluxo de caixa em Ativo Circulante (AC), Ativo não Circulante (AÑC), Passivo Circulante (PC) e Passivo não Circulante (PÑC) de acordo com a apresentação dessas mesmas contas no balanço patrimonial. Foram retiradas as contas que não foram apresentadas no balanço patrimonial, de acordo com o parâmetro definido. Esta reclassificação se fez necessária porque conforme Martins; Diniz; Miranda (2018), para realizar uma análise entre as demonstrações, este tipo de configuração deve ser observado para que ambos os conjuntos de contas utilizadas na análise possuam a mesma origem, sendo que o analista é sempre livre para as reclassificações que julgar importantes na análise, decidindo como tratar as contas, reclassificando-as como entender melhor.

Portanto, as contas da demonstração do fluxo de caixa da empresa foram reclassificadas, conforme apresentadas no quadro 4. Para a interpretação dos dados do quadro 4, utilizou-se da legenda juntamente apresentada.

Quadro 4 - Classificação das Contas e Valores

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais / Variação nos ativos e passivos				
Contas	R\$	Clas.	R\$	Observações
Contas a receber de clientes	42.839,00	AC	42.839,00	Conta apresentada no balanço patrimonial somente no grupo do Ativo Circulante.
Estoques e ativos biológicos	(318.130,00)	AC	(318.130,00)	Conta apresentada no balanço patrimonial somente no grupo do Ativo Circulante.
Impostos a recuperar	(46.289,00)	AC	(37.435,00)	Conta apresentada no balanço patrimonial no grupo do Ativo Circulante e no Ativo Não Circulante, com valores obtido pela variação das contas entre os dois grupos.
		ANC	(8.854,00)	
Títulos a receber	-	AC	-	
Aplicações financeiras	(6.175,00)	AC	(6.175,00)	Conta apresentada no balanço patrimonial somente no grupo do Ativo Circulante.
Outras Contas a receber	4.069,00	AC	4.069,00	Conta apresentada no balanço patrimonial somente no grupo do Ativo Circulante.
Adiantamento a fornecedores	11.401,00	AC	(186,00)	Conta apresentada no balanço patrimonial no grupo do Ativo Circulante e no Ativo Não Circulante, com valores obtido pela variação das contas entre os dois grupos.
		ANC	11.587,00	
Fornecedores	269.052,00	PC	269.052,00	Conta apresentada no balanço patrimonial somente no grupo do Passivo Circulante.
Obrigações fiscais e sociais	(59.521,00)	*	-	Conta não apresentada no balanço patrimonial
Obrigações com controladas	2.184,00	PC	2.184,00	Conta apresentada no balanço patrimonial no grupo do Ativo Circulante, Ativo Não Circulante e Passivo Circulante, com valores obtidos pela variação entre os grupos do Ativo e Passivo, resultando em uma sobra pertencentes ao grupo do Passivo Circulante.
Operações com derivativos	(10.682,00)	PC	(10.682,00)	Conta classificada de acordo com a nota explicativa 3, página 76 e nota explicativa 22, página 105.
Títulos a pagar	-	PC	-	
Adiantamento a clientes	(54.432,00)	PC	(54.432,00)	Conta apresentada no balanço patrimonial somente no grupo do Passivo Circulante.
Arrendamentos a Pagar	16.055,00	PC	16.055,00	Conta apresentada no balanço patrimonial somente no grupo do Passivo Circulante.
Outras Contas a Pagar	18.421,00	PC	18.421,00	Conta apresentada no balanço patrimonial somente no grupo do Passivo Circulante.
Imposto de renda e contribuição social pagos	(62.298,00)	PNC	(62.298,00)	Conta apresentada no balanço patrimonial somente no grupo do Passivo Não Circulante.
Dividendos Recebidos	162.009,00	*	-	Conta não apresentada no balanço patrimonial, e não possui notas explicativas.
Juros sobre empréstimos pagos	(84.529,00)	PC	(42.245,10)	Conta apresentada no balanço patrimonial incluso junto com os valores de empréstimos e financiamentos apresentados no Passivo Circulante e Passivo Não Circulante, os valores foram desmembrados de acordo com as taxas de juros de curto e longo prazo apresentadas na nota explicativa 15, página 94.
		PNC	(42.383,89)	

Fonte: Elaborado pela autora, (2019).

Quadro 4.1 - Legenda

SIMBOLO	SIGNIFICADO
*	Conta sem classificação
-	Conta com valor zerado
()	Conta com valores negativos

Fonte: Elaborado pela autora, (2019).

Como se pode observar nem todas as contas apresentadas na DFC, constam no balanço patrimonial ficando estas contas sem classificações, para a análise. Pode-se verificar também que algumas contas possuem duas classificações, ou seja, estas contas possuem valores divididos nos subgrupos no balanço patrimonial, ficando assim divididas na classificação.

3.2 ANÁLISE DE DADOS

Foram analisados os dados coletados através da metodologia comparativa Lijphart, na demonstração do fluxo de caixa, no balanço patrimonial e nos relatórios contábeis complementares tendo como dados principais as contas que compõem o capital de giro, ou seja, os ativos circulantes e passivos circulantes.

A metodologia utilizada foi de investigação pois o método comparativo é considerado um método de investigar e descobrir relações entre as variáveis do estudo em questão. De acordo com Lijphart (1971), para a análise dos dados, o método comparativo em sua forma mais simples, utiliza tabelas, uma para cada grupo de variáveis estudadas. Expostos os grupos, eles são então comparados e qualquer diferença e/ou igualdade pode ser percebida facilmente. Assim, conhece-se a relação entre os grupos de variáveis com a importante garantia de que nenhuma outra variável estará envolvida.

A limitação deste método de acordo com Lijphart (1971), é que o investigador nunca pode estar completamente certo de que seus grupos são realmente iguais ou diferentes em todos os aspectos. Mas a estrutura deste método fornece dados o mais próximo possível deste ideal.

Portanto, com esta análise comparativa, pode-se verificar a diferença ou a relação entre analisar o capital de giro pelo balanço patrimonial, que é a forma mais utilizada para esta análise e pela demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto. Estas demonstrações possuem regimes diferentes que são o de competência e o de caixa, nos quais se pode observar a particularidade de cada uma delas e sua contribuição para a organização a fim de analisar o seu capital de giro.

4 ESTUDO EMPÍRICO

Ao escolher uma empresa do ramo do agronegócio para a realização desta pesquisa, foi levado em consideração o fato de o estado do Mato Grosso ser o maior produtor de soja e de algodão em pluma do Brasil. De acordo com o Ministério da Agricultura (2018), a região centro-oeste deve liderar novamente a produção agrícola brasileira destes produtos e o estado de Mato Grosso aparece como maior produtor da região.

Conforme Figueiredo et al. (2010), o segmento do agronegócio destacou-se como o mais importante da economia do estado de Mato Grosso, cerca de 53% do PIB é devido as transações do agronegócio, sendo a soja a maior cadeia produtiva do estado, com participação de 50,5% no PIB Estadual.

A empresa escolhida a SLC Agrícola S.A (Schneider Logemann & Cia), umas das maiores produtoras mundiais de grãos e fibras, focada na produção de algodão, soja e milho. A empresa foi fundada em 1977, pelo grupo SLC, controlada pela família Logemann sendo uma das primeiras empresas do setor do agronegócio a ter ações negociadas em bolsa de valores no mundo o que a fez se tornar uma referência no seu segmento. (SLC agrícola, 2018)

A SLC Agrícola tem sua matriz em Porto Alegre (RS), mas possui dezesseis unidades de produção localizada em seis estados brasileiros: Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Piauí. No estado do Mato Grosso, a empresa possui quatro fazendas distribuídas nas cidades de Porto do Gaúchos (Fazenda dos Perdizes), Diamantino (Fazenda Paiaguás), Sapezal (Fazenda Planorte) e Querência (Fazenda Pioneira), totalizando trezentos e noventa e quatro milhões alqueires de terras no manejo agrícola. (SLC agrícola, 2018).

4.2 RESULTADO DA PESQUISA

Neste tópico, foram apresentados os resultados obtidos através dos dados coletados e a maneira como foram processados esses dados e a aplicação da fórmula do capital de giro líquido (CGL). Para encontrar os resultados numéricos da pesquisa, foi utilizado o índice do CGL, que de acordo com Assaf Neto (2010), é obtido pela diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante da organização, representado pela fórmula $CGL = AC - PC$.

Serão apresentadas no quadro 5, as contas retiradas do balanço patrimonial sendo somente estas as contas pertencentes ao grupo do ativo circulante e passivo circulante, como explanado anteriormente que foram utilizadas para realizar a análise do capital de giro.

Quadro 5 – Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial / 31 de dezembro de 2018 / Controladora			
Ativo	R\$	Passivo	R\$
Ativo Circulante		Passivo Circulante	
Caixa e equivalente de caixa	384.628,00	Fornecedores	586.330,00
Aplicação Financeiras de curto prazo	130.143,00	Empréstimos e Financiamentos	696.862,00
Contas a Receber de Clientes	115.839,00	Impostos, taxas e contribuições Diversas	17.550,00
Adiantamento a Fornecedores	7.516,00	Obrigações Sociais Trabalhistas	50.226,00
Estoques	755.390,00	Adiantamento de Clientes	38.003,00
Ativos Biológicos	622.227,00	Débitos com Partes Relacionadas	25.670,00
Tributos a recuperar	68.977,00	Operações com Derivativos	127.976,00
Títulos a Receber	-	Títulos a Pagar	-
Operações com Derivativos	57.340,00	Provisões para risco tributário	2.221,00
Créditos com Partes Relacionadas	5.434,00	Dividendos a Pagar	88.168,00
Outras Contas a Receber	6.996,00	Arrendamentos a Pagar	50.246,00
Despesas Antecipadas	3.467,00	Outras Contas a Pagar	12.309,00
Ativos Mantidos para Venda	1.448,00		
Total do Ativo Circulante	2.159.405,00	Total do Passivo Circulante	1.695.561,00

Fonte: Adaptado do balanço patrimonial da empresa SLC Agrícola, (2018).

No quadro 6, serão apresentadas as contas pertencentes a DFC, conforme a sua classificação apresentada no quadro 4. A estrutura da apresentação dessas contas foi feita

conforme a estrutura do balanço patrimonial, por ele ser definido como parâmetro, em que se encontram os valores de ativos circulantes e passivos circulantes presentes na DFC, abrindo assim a possibilidade de aplicação da fórmula do capital de giro na DFC, possibilitando a sua análise obtendo informações do capital de giro da empresa por regime de caixa, ou seja, informações de realmente quanto a empresa possui de imediato.

Quadro 6- Demonstração do Fluxo de Caixa Indireto

Demonstração do Fluxo de Caixa / 31 de dezembro de 2018 / Controladora			
Ativo Circulante	R\$	Passivo Circulante	R\$
Contas a Receber de Clientes	42.839,00	Fornecedores	269.052,00
Estoques e Ativos Biológicos	(318.130,00)	Obrigações com controladas	2.184,00
Impostos a Recuperar	(37.435,00)	Operação com Derivativos	(10.602,00)
Aplicação Financeiras	(6.175,00)	Adiantamento de Clientes	(54.432,00)
Outras Contas a Receber	4.069,00	Arrendamentos a Pagar	16.055,00
Adiantamento a Fornecedores	(186,00)	Outras Contas a Pagar	18.421,00
		Juros sobre Empréstimos Pagos	(42.245,10)
Total de Ativos Circulante	(315.018,00)	Total de Passivo Circulante	198.432,90

Fonte: Adaptado da DFC da empresa SLC Agrícola, (2018).

Diante da apresentação dos dados nos quadros 5 e 6, foi aplicada a fórmula do CGL, como se verifica nos quadros 7 e 8, nos quais foi aplicada a metodologia Lijphart na apresentação dos resultados e para a análise dos mesmos.

Quadro 7 – Apresentação do Resultado

Balanço Patrimonial	
Ativo Circulante	R\$ 2.159.405,00
Passivo Circulante	R\$ 1.695.561,00
Capital de Giro Líquido	R\$ 463.844,00

Fonte: Elaborado pela autora, (2019).

Quadro 8- Apresentação do Resultado

Demonstração do Fluxo de Caixa	
Ativo Circulante	R\$ (315.018,00)
Passivo Circulante	R\$ 198.432,90
Capital de Giro Líquido	R\$ (116.585,10)

Fonte: Elaborado pela autora, (2019).

Através do quadro 7, verifica-se que a empresa estudada possui um valor de R\$ 463.844,00 (quatrocentos e sessenta e três mil e oitocentos e quarenta e quatro reais) positivos de capital de giro líquido calculado por meio do balanço patrimonial, ou seja, valores correspondentes ao regime de competência.

Percebe-se também que o balanço patrimonial da empresa mostra uma situação financeira estável, portanto a empresa conseguirá arcar com todas as suas obrigações de curto prazo sem precisar buscar recursos com terceiros. Ferreira (2011), afirma que o capital de giro é definido como os valores constantes nas contas do ativo circulante, ou seja, quando uma empresa apresenta um ativo circulante maior que seu passivo circulante, ela possui capital de giro líquido possuindo uma folga financeira e maior possibilidade de pagar suas dívidas de curto prazo.

Entretanto, quando se observa o quadro 8, verifica-se que a empresa estudada possui um saldo de R\$ 116.585,10 (cento e dezesseis mil e quinhentos e oitenta e cinco reais e dez centavos) negativos de capital de giro líquido calculado por meio da DFC, ou seja, valores correspondentes ao regime de caixa. Isto transcorre porque os valores do ativo circulante são negativos, pois na demonstração do fluxo de caixa, de acordo com Marion (2009), as contas do ativo circulante, relacionadas às atividades operacionais que tiverem tido um aumento durante o período, devem ter esses aumentos de saldos

diminuídos no fluxo das atividades operacionais na demonstração do fluxo de caixa. E nas contas em que tiver ocorrido uma redução, devem ter a redução somada.

Sendo assim, para as contas do passivo circulante deve ser realizado um cálculo oposto ao ativo circulante, ou seja, das contas em que ocorreu um aumento durante o período, devem ter os aumentos somados e das contas em que ocorreu uma redução, assim sendo, devem ter as reduções de saldos diminuídas. Verifica-se então que em termos de caixa, a empresa estudada não possui valores suficientes para saldar suas dívidas, sendo necessário buscar recursos por outros meios.

Assim, quando se analisa o capital de giro por meio do balanço patrimonial, obtemos valores positivos de capital de giro líquido, mas quando se o analisa por meio da DFC, obtém-se um valor negativo de capital de giro líquido. Isto ocorre porque o balanço patrimonial é uma demonstração que segue o regime de competência, ou seja, não importa se a empresa adquiriu um bem ou realizou uma venda à prazo ou à vista; simplesmente é registrado o valor da movimentação na data que ocorreu com seu valor integral previsto. Diferente da demonstração do fluxo de caixa que segue o regime de caixa, em que é registrado o que realmente entrou e saiu do caixa no período realizado.

Sendo assim, verifica-se a possibilidade de utilização da DFC, para análise do capital de giro, pois nesta demonstração comparada com o balanço patrimonial, também possui as movimentações da empresa, com uma única diferença que nela só se registram as movimentações que tiveram impacto no caixa, sendo por este motivo que analisando o capital de giro por meio desta demonstração que a empresa pode-se conseguir maiores informações sobre o real capital de giro que ela possui de imediato.

4.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebeu-se que na empresa estudada houve um grande investimento em estoque e ativos biológicos. Este fato pode ter sido originado em decorrência do ramo empresarial em que a empresa está inserida: o agronegócio. No relatório da administração da empresa, no capítulo que remete ao assunto “a variação do capital de giro”, a empresa traz a informação de que ocorreu a necessidade de capital de giro pelo expressivo crescimento de área plantada na safra 2018/19, em especial a área cultivada com algodão, cultura para a qual o custo por hectare é maior do que em outras culturas. Por isto, houve este grande investimento em estoque composto por insumos e produtos acabados e o aumento nos ativos biológicos que são as áreas plantadas com culturas em formação.

Observa-se nas demonstrações contábeis que a empresa conseguiu maiores prazos com seus fornecedores, pois teve um aumento de valor nesta conta neste período, fazendo assim com que a empresa conseguisse se manter mais estável financeiramente, não precisando buscar recursos financeiros em grande monta, com terceiros.

Conclui-se então, que a empresa possui capital de giro líquido em bens e direitos adquiridos por ela, como estoques, aplicações financeiras, duplicatas a receber mesmo não possuindo capital de giro líquido em caixa. Portanto, se os vencimentos de obrigações como o pagamento de fornecedores, financiamentos, obrigações com controladas vencerem, a empresa deverá realizar outras movimentações financeiras como a venda de seus estoques, recebimento de duplicatas, por exemplo, para conseguir efetivamente saldar suas obrigações como demonstra no balanço patrimonial.

5 CONCLUSÃO

Em virtude do que foi exposto, entendeu-se que a boa gestão financeira é algo indispensável para as empresas nos dias atuais para controlar suas entradas e saídas bem como para o controle do planejamento financeiro, a fim de que a mesma não passe por uma crise financeira ou até mesmo necessite decretar falência.

Observou-se que uma das ferramentas da gestão financeira que pode ser utilizada pela empresa são as demonstrações contábeis, pois as mesmas possuem todas as movimentações registradas. Este estudo teve o foco principal na análise da demonstração do fluxo de caixa e no balanço patrimonial, pois o intuito era analisar o capital de giro líquido por meio da demonstração do fluxo de caixa. Para comprovar que é possível este tipo de análise, foi realizado um estudo comparativo entre a demonstração do fluxo de caixa e o balanço patrimonial.

Com esta comparação entre as demonstrações, identificou-se que as duas se complementam. Esta comparação pode ser observada nos quadros 5 e 6, que exibem as mesmas contas, possuindo somente valores diferentes, ou seja, no quadro 5 os valores foram definidos por regime de competência e no quadro 6, por regime de caixa. Com isto, pode-se verificar no subitem 4.2, quais foram as movimentações ocorridas na empresa e quais dessas movimentações geraram recursos ou dispêndios imediatos no caixa. Consequentemente, analisando essas duas demonstrações com o mesmo índice aplicado, pôde-se ter o entendimento das disponibilidades da empresa em regime de caixa e de competência.

Utilizando a demonstração do fluxo de caixa indireto para analisar o capital de giro líquido, a empresa possivelmente alcança mais informações sobre o dinheiro que circula na sua empresa e não somente sobre o dinheiro que nela está investido. Verificase também comparando os valores obtidos nos quadros 5 e 6, se o montante de recursos que ela possui de capital de giro está no caixa ou em seus bens e direitos adquiridos.

Após detectar que os recursos que a empresa possui estão investidos em seus bens ou direitos, como apresenta o quadro 7, tem-se ciência de que a empresa deverá realizar outras movimentações financeiras para conseguir convertê-los em caixa para saldar suas obrigações. Entretanto, na verificação de todos os dados percebe-se que a empresa obtém recursos no caixa pode-se afirmar que ela conseguirá honrar com suas obrigações imediatamente, ou seja, não depende de recursos investidos, uma vez que possui uma folga financeira.

Concluiu-se então, de acordo com o subitem 4.3, que a DFC pelo método indireto possui uma relação generalizada com o capital de giro que é definido como o recurso e/ou dinheiro que a empresa possui para sustentar suas atividades operacionais, e que a DFC apresenta o montante desses recursos da empresa de imediato.

Diante da pesquisa realizada, pode-se propor que é de suma importância à sociedade empresarial e até mesmo aos contadores terem o conhecimento das formas como pode ser utilizada a demonstração do fluxo do caixa como ferramenta gerencial para tomada de decisão, tanto em termos de capital de giro como foi exposto na pesquisa, como para planejamento futuro, para verificação de prováveis riscos financeiros.

Esta pesquisa torna-se inovadora pela metodologia adotada: analisar o capital de giro ou capital de giro líquido em empresas que somente se utilizam do balanço patrimonial para fins de análise do CGL. Com isto, abrem-se novas hipóteses de estratégias financeiras e novas informações sobre a situação financeira da empresa.

Para pesquisas futuras, sugere-se que se utilizem todos os grupos da DFC pelo método indireto e não somente os fluxos das atividades operacionais como foi utilizado nesta pesquisa, tendo em vista que para realizar um estudo semelhante, o pesquisador deve ter acesso a algumas informações tais como: conhecimentos aprofundados das políticas da empresa, bem como das normas que ela utiliza e possuir livre abertura para consultar dados além dos que se apresentam nas demonstrações contábeis publicadas pela empresa. Neste sentido, a falta dessas informações foram as limitações deste estudo

REFERÊNCIAS

- AGUSTINI, C. A. *Capital de Giro: análise das alternativas, fontes de financiamentos*. 1. Ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- ASSAF NETO, A. e SILVA, C. A. T. *Administração do capital de giro*. São Paulo: Atlas, 1995.
- _____. *Administração do capital de giro*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- _____. *Administração do capital de giro*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- _____. *Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- BRAGA, R. *Fundamentação e Técnicas de Administração Financeira*. São Paulo: Atlas, 1995.
- BRASIL. *Lei n.º 11.638, de 28 de dezembro de 2007*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm. Acesso em: 29 de maio de 2019.
- BRUNI, A. L.; FAMÁ, R. *A Contabilidade Empresária*. Volume 3. Série Desvendando as Finanças. SP: Editora Atlas, 2006.
- CAMPOS FILHO, A. *Demonstração dos fluxos de caixa: uma ferramenta indispensável para administrar sua empresa*. São Paulo: Atlas, 1999.
- CHENG, Â.; MENDES, M. M. *A importância e a responsabilidade da gestão financeira na empresa*. 1989. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141392511989000100002&script=sci_arttext. Acesso em: 17 de setembro de 2018.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, PRONUNCIAMENTO TÉCNICO. *CPC 26 (R1)*. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=57>. Acesso em: 26 de setembro de 2019.
- FERREIRA, S.B.L. *Função financeira*. 2008. Disponível em: http://www.uniriotec.br/~simone/Analise%20Empresarial/Parte%203%20%20Areas%20Funcionais/3_AreasFuncionais.pdf. Acesso em: 17 de setembro de 2018.
- FERREIRA, C.C. *Gestão do Capital de Giro: Contribuição para as Micro e Pequenas Empresas no Brasil*. Rio de Janeiro, Revista de Administração Pública, 2011, disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003476122011000300013&script=sci_arttext acessado em 27 de outubro de 2019.
- FIGUEIREDO, M.G.; FIGUEIREDO, A.M.R.; DETOMINI, E.R.; ISHII, K.S.; BONJOUR, S.C.M.; LEITE, S.C.F. *Construção da Matriz de Insumo-Produto Inter-regional Mato Grosso e resto do Brasil — 2007*. Cuiabá-MT, UFMT/IMEA, 2010.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GITMAN, L.J. *Princípios de administração financeira*. 3 ed. São Paulo: Harbra, 1997.

T. FATH; C. P. GOULART

_____. *Princípios de administração financeira*. 10. ed. São Paulo: Harbra, 2004.

_____. *Princípios de administração financeira*. 12. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. revisão técnica Jean Jacques Salim.

HOJI, M. *Administração financeira: uma abordagem prática*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, S.; MARION, J.C. *Introdução à Teoria da Contabilidade*. São Paulo: Atlas, 1999.

_____; FARIA, A. Cr. *Introdução à teoria da contabilidade: para o nível de graduação*. 5. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos metodologia científica*. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LIJPHART, A. *Comparative Politics and the Comparative Method*. *American Political Science Review*. New York, 1971.

MARION, J.C.; REIS, A. *Contabilidade Avançada. Para concursos e cursos de graduação de ciências contábeis*. São Paulo: Saraiva, 2006.

MARION, J. C. *Contabilidade Empresarial*. 11ª ed., São Paulo: Atlas, 2005.

_____. *Contabilidade Empresarial*. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. *Contabilidade empresarial*. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2009

MARTINS, E; ASSAF NETO, A. *Administração Financeira*. São Paulo: Atlas, 1985.

MARTINS, E.; DINIZ, A.J.; MIRANDA, J.G. *Análise avançada das demonstrações contábeis: uma abordagem crítica*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MATARAZZO, D. C. *Análise financeira de balanços*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

_____. *Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial*. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1998.

_____. *Análise Financeira de Balanços: abordagem básica gerencial*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINISTERIO DA AGRICULTURA. *Centro-Oeste lidera produção agrícola brasileira* Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/noticias/centro-oeste-lidera-producao-agricola-brasileira>. Acessado em 11 de novembro de 2019.

Moraes R. C.; Oliveira W. *A importância da gestão financeira nas empresas*. Disponível em: http://revistaunar.com.br/cientifica/documentos/vol5_n1_2011/5_a_importancia_da_gestao.pdf. Acessado em 14 de dezembro de 2019.

MOTA, L.A. *Orçamento empresarial e fluxo de Caixa – um enfoque prático*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Ltda. 1990.

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, *NBC TG 03 (R3), DE 19 DE*

AGOSTO DE 2016. Disponível em: <https://poderdacontabilidade.com.br/wpcontent/uploads/2017/05/NBCTG03R3.pdf>. Acesso em 17 de maio de 2019.

NEVES, S.; VICECONTI, P.E. *Contabilidade Avançada e Análise das Demonstrações Financeiras*. 14. Ed. São Paulo, 2005.

OLIVEIRA, L.M.; PEREZ J.H.; SILVA, C.A.S. *Controladoria estratégica*. São Paulo: Atlas, 2002.

PADOVEZE, C.L. *Contabilidade Gerencial*. Curitiba: Altas, 2012.

T. FATH; C. P. GOULART

_____. *Controladoria Estratégia e Operacional: conceitos, estrutura, aplicação*. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

QUINTANA, C.A. *Fluxo De Caixa - Demonstrações Contábeis*. Editora Juruá 2009.

RIBEIRO, O.M. *Contabilidade avançada*. São Paulo: Saraiva, 2005.

_____. *Demonstrações Financeiras mudanças na lei das sociedades por ações: como era e como ficou*. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

RODRIGUES, E.L.A.; RODRIGUES, G.J.; RUIVO, T.C.S. *Tipos de gestão e suas respectivas lideranças*. 2014. – Disponível em: http://fait.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/enQi5HvjghFIkTF_2014-4-1614-11-22.pdf. Acesso em 10 de setembro de 2018.

SANTOS, J.L.; SCHMIDT, P.; MARTINS, M.A. *Fundamentos de Análise das Demonstrações Contábeis*. São Paulo: Atlas, 2006.

SCHRICKEL W. K. *Demonstrações financeiras: abrindo a caixa-preta: como interpretar balanços para a concessão de empréstimos*. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 1999.

SILVA, A. A. *Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis*. 5. ed. – [2. Reimpr.]. - São Paulo: Atlas, 2019.

SILVA, L.L. *Contabilidade avançada e tributária*. São Paulo, 2007.

SILVA, B.W. *Os objetivos da Administração Financeira*. 2013. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/objetivos-da-administracaofinanceira/69169/>. Acesso em 17 de setembro de 2018.

SLC AGRICOLA. *Quem Somos*. Disponível em: <https://www.slcagricola.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 03 de outubro de 2019.

TRIVIÑOS, A.N.S. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

ZANLUCA, J.S. *Ciclos Econômico, Operacional e Financeiro*. 2014. Disponível em: Acesso em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/ciclos.htm>. Acesso em: 23 de março de 2019.

ZDANOWICZ, J.E. *Fluxo de Caixa: uma decisão de planejamento e controle financeiro*. 10 ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

YOSHITAKE, M.; HOJI, M. *Gestão de tesouraria: controle e análise de transações financeiras em moeda forte*. São Paulo: Atlas, 1997.